

O legado doutrinal de Bento XVI

Ao longo do seu pontificado, Bento XVI deixou uma série de linhas mestras, ensinamentos e até expressões que penetraram a vida da Igreja. São ideias matriz que inspiraram igualmente decisões concretas e que o Papa tentou inculcar nos católicos e também nas suas relações com o mundo exterior. Destacamos algumas destas contribuições.

“Fé e razão reencontram-se de um modo novo”

A ideia de que fé e razão precisam uma da outra foi uma das mais recorrentes no magistério de Bento XVI, de modo especial no seu discurso na Universidade de Ratisbona (12.9.2006). Aí advogou que se “amplie o nosso conceito de razão e o seu uso”, para evitar a cegueira da razão perante os critérios que lhe dão sentido. “Só o conseguiremos se a razão e a fé se reencontrarem de um modo novo, se superarmos a limitação que a razão se impõe a si própria de se reduzir ao que se pode verificar com a experimentação, e lhe voltarmos a abrir os seus horizontes em toda a sua amplitude”. Ao mesmo tempo, a fé necessita do diálogo com a razão moderna.

Também no encontro com o mundo da cultura, em Paris, no Colégio dos Bernardinos, em 2008, voltaria a este tema: “Uma cultura meramente positivista, que circunscrevesse ao campo subjetivo, como não científica, a pergunta sobre Deus, seria a capitulação da razão, a renúncia às suas possibilidades mais elevadas e, por conseguinte, uma ruína do humanismo, cujas consequências não poderiam ser mais graves”.

“A ditadura do relativismo”

Na homilia pronunciada na Missa do início do conclave, como Cardeal Decano, surgiu já a expressão “ditadura do relativismo” a qual, depois, se tornaria célebre.

“Quantas doutrinas conhecemos nestas últimas décadas, quantas correntes ideológicas, quantos modos de pensar... (...)

Ter uma fé clara, de acordo com o Credo da Igreja, é constantemente etiquetado como fundamentalismo. Entretanto, o relativismo, isto é, deixar -se levar ‘daqui para ali atrás de qualquer vento doutrinário’ [Ef. 4, 14], aparece como a única aproximação à altura dos tempos atuais. Vai-se constituindo uma ditadura do relativismo que não reconhece nada como definitivo e que deixa, como última medida, apenas o eu e os seus desejos”.

“Nós, pelo contrário, temos outro recurso: o Filho de Deus, o verdadeiro homem. Ele é a medida do verdadeiro humanismo. ‘Adulta’ não é a fé que segue as ondas da moda e a última novidade; adulta e madura é a fé profundamente baseada na amizade com Cristo. Esta amizade abre-nos a tudo aquilo que é bom e confere-nos o critério para discernir entre o verdadeiro e o falso, entre engano e verdade”.

Durante o seu pontificado, repetiu muitas vezes que o homem é capaz da verdade e deve procurá-la. A verdade necessita de critérios para ser verificada e deve fazer-se acompanhar pela tolerância. Mas o perigo hoje é que “em nome da tolerância, se elimine a tolerância”. Por exemplo, declarava no livro “Luz do mundo”, “quando em nome da não discriminação se quer obrigar a Igreja católica a modificar a sua posição perante a homossexualidade ou a ordenação de mulheres, significa que ela não deve viver mais a sua própria identidade e que, em vez disso, se faz de uma abstrata religião negativa, um parâmetro tirânico a que toda a gente tem de aderir”.

Vaticano II: “A hermenêutica da reforma”

O modo de entender do Concílio Vaticano II foi um dos temas cruciais das tensões na Igreja, e alguns viram uma disparidade entre um Ratzinger “liberal” durante o Vaticano II e um Bento XVI conservador. O Papa quis clarificar a “justa interpretação do Concílio”, a sua hermenêutica, no discurso (22.12.2005) que dirigiu à Cúria no seu primeiro ano de pontificado.

Contrapôs aí a “hermenêutica da descontinuidade e da rutura” e a “hermenêutica da reforma”. A primeira, “que muitas vezes se valeu da simpatia dos meios de comunicação e, também, de uma parte da teologia moderna”, “corre o risco de acabar numa rutura entre a Igreja pré-conciliar e a Igreja pós-

conciliar”. Segundo ela, “não se deveriam seguir os textos do Concílio, mas o seu espírito”, pois “os textos refletiriam só de modo imperfeito o verdadeiro espírito do Concílio e a sua novidade, pelo que seria necessário ir, audaciosamente, mais além dos textos”. Para o Papa, isto “deixa espaço para toda a arbitrariedade”.

Pelo contrário, a hermenêutica da reforma baseia-se no que propunha João XXIII no começo do Concílio: “É necessário que esta doutrina certa e imutável, que deve ser respeitada fielmente, se aprofunde e apresente de maneira que corresponda às exigências do nosso tempo”. Para Bento XVI, o Concílio procurava esta “síntese de fidelidade e de dinamismo”, de modo especial em três âmbitos: definir de maneira nova a relação entre fé e ciência moderna; entre a Igreja e o Estado moderno; entre a fé cristã e as religiões do mundo.

“O Concílio Vaticano II, com a nova definição da relação entre a fé da Igreja e alguns elementos essenciais do pensamento moderno, reviu e corrigiu mesmo algumas decisões históricas mas, nesta descontinuidade aparente, manteve e tornou mais profunda a sua natureza íntima e a sua verdadeira identidade. A Igreja, tanto antes como depois do Concílio, é a mesma Igreja uma, santa, católica e apostólica, a caminhar através dos tempos”.

Nova evangelização: “Redescobrir a alegria de acreditar”

Perante as dificuldades que encontra a fé numa sociedade secularizada, Bento XVI lançou uma proposta audaciosa de nova evangelização, para o que criou um dicastério especial no Vaticano e convocou um Ano da Fé. “O termo ‘nova evangelização’ – disse no discurso (30.5.2001) dirigido a este organismo – recorda a exigência de uma modalidade renovada de anúncio, sobretudo para aqueles que vivem num contexto, como o atual, onde os desenvolvimentos da secularização deixaram graves sequelas, inclusivamente em países de tradição cristã”.

“A nova evangelização deverá encarregar-se de encontrar os caminhos para tornar mais eficaz o anúncio da salvação, sem o qual a existência pessoal permanece contraditória e privada do essencial. Também para quem continua vinculado às raízes cristãs, mas vive a difícil relação com a modernidade, é importante fazer com que compreenda que ser cristão não é uma espécie de veste que se leva em privado ou em ocasiões particulares, tratando-se, sim, de algo vivo e totalizante, capaz de assumir tudo o que de bom existe na modernidade”.

No documento em que convocava o Ano da Fé, Bento XVI fazia uma chamada a favor de “uma nova evangelização para redescobrir a alegria de acreditar e voltar a encontrar o entusiasmo de comunicar a fé”.

Necessidade de conversão na Igreja

O seu amor pela Igreja não o impediu de reconhecer os males que era necessário retificar, como o demonstrou a sua posição inflexível contra os abusos sexuais cometidos por sacerdotes. Teve de enfrentar a eclosão dos casos de pederastia, os quais, na sua maior parte, remontavam a décadas atrás. Bento XVI reconheceu a dor das vítimas, reuniu-se com elas várias vezes, pediu perdão e avançou com normas estritas para sancionar e prevenir estes casos, sem os ocultar. A sua “Carta aos católicos da Irlanda”, em março de 2010, é uma boa síntese da sua atitude.

Perante os que pedem mais reformas estruturais na Igreja, Bento XVI destacou sempre que nenhuma reforma será eficaz na Igreja se não existir uma conversão interior, a que são chamados todos os fiéis. Por isso, indicava que a convocatória do Ano da Fé “é um convite a uma autêntica e renovada conversão ao Senhor”.

Na Missa da última Quarta-Feira de Cinzas, já anunciada a sua renúncia, voltou a insistir: “Também hoje, muitos estão prontos a ‘rasgar as vestes’ perante escândalos e injustiças – cometidas, naturalmente, por outros, – mas poucos parecem dispostos a atuar sobre o seu próprio ‘coração’, sobre a sua própria consciência e sobre as suas próprias intenções, deixando que o Senhor transforme, renove e converta”.

Dialogar com todos

Embora Bento XVI se tenha mostrado sempre firme na sua defesa da fé, procurou aparar arestas e estender pontes dentro e fora da Igreja. Movido por um desejo de unidade, tentou atrair aqueles que, por um motivo ou outro, se tinham afastado de Roma.

Respondendo a pedidos de setores anglicanos, não viu inconveniente em lhes oferecer, dentro da Igreja católica, um Ordinariato no qual podem conservar as suas tradições litúrgicas. Tentou atrair os lefebvrianos, permitindo-lhes a liturgia anterior ao Vaticano II e levantando a excomunhão aos bispos consagrados ilicitamente, mas não conseguiu obter uma resposta definitiva à sua oferta de unidade. Na mesma linha, tentou superar, na Igreja chinesa, as divisões entre “patrióticos” e clandestinos, levantando a excomunhão aos bispos que reconhecem o primado do Papa, mesmo que tenham sido nomeados pelo governo.

Para fora da Igreja católica, acompanhou o empenho ecuménico e melhorou as relações com outras confissões. A título de exemplo, o arcebispo ortodoxo Hilário, responsável pelas relações exteriores do Patriarcado de Moscovo, disse sobre os seus encontros pessoais com o Papa: “Assombrou-me a sua atitude calma e reflexiva, a sua sensibilidade perante

as questões que colocávamos, o seu desejo de resolver conosco os problemas que surgem nas nossas relações”.

Também soube dialogar com os não crentes, convidando-os a falar em encontros como o de Assis ou na iniciativa do “Átrio dos gentios”, algo que levou a escritora francesa Julia Kristeva a dizer: “Compreendemos que terminou o tempo da suspeita” entre crentes e não crentes.

A religião e a convivência

A religião contribui para o debate ético nas democracias

Na sua visita histórica ao Parlamento britânico em 2010, Bento XVI pronunciou um discurso (17.9.2010) que constitui um ponto de referência para analisar as relações entre religião e política. Ao interrogar-se onde se encontra a fundamentação ética das decisões políticas, o Papa contribuiu para clarificar qual é o lugar idóneo da fé no debate público próprio de uma sociedade democrática.

Perante aqueles que confiam no mero consenso social como critério suficiente para aprovar leis, o Papa salientou que existem regras éticas que são anteriores e superiores à vida política, e que a democracia se enfraquece quando as ignora. “O papel da religião no debate político não é tanto proporcionar essas normas”, que são acessíveis à razão, e “menos ainda propor soluções políticas concretas”, mas “ajudar a purificar e iluminar a aplicação da razão à descoberta de princípios morais objetivos”.

“Sem a ajuda corretora da religião” – advertiu Bento XVI –, “a razão pode ficar também presa de distorções, como quando é manipulada pelas ideologias ou se aplica de forma parcial em detrimento da consideração plena da dignidade da pessoa humana”. Mas também é necessário o papel corretor da razão “em face de expressões deformadas da religião, tais como o sectarismo e o fundamentalismo”. “Essas distorções da religião surgem quando se presta uma atenção insuficiente ao papel purificador e vertebrador da razão em relação à religião”.

Assim, “trata-se de um processo em sentido duplo”. O Papa quis deixar claro que no processo político não deve haver uma luta entre a mentalidade secular e a religiosa, em concorrência, para aplicar as suas próprias normas no âmbito civil. “O mundo da razão e o mundo da fé – o mundo da racionalidade secular e o mundo das crenças religiosas – necessitam um do outro e não deveriam ter medo de encetar um diálogo profundo e contínuo, pelo bem da nossa civilização”.

Direito: “Como reconhecer o que é justo?”

Se no Parlamento britânico, Bento XVI enfrentou o problema da fundamentação ética das decisões políticas, no discurso que fez (22.9.2011) no Bundestag alemão, interrogou-se sobre os fundamentos do Direito: “Como podemos reconhecer o que é justo? Como podemos distinguir entre o bem e o mal, entre o direito verdadeiro e o direito apenas aparente?”.

“Para grande parte da matéria a regular juridicamente, o critério da maioria pode ser um critério suficiente. Mas, nas questões fundamentais do direito onde estejam em jogo a dignidade do homem e a da humanidade, o princípio da maioria não basta”. Recordou que os teólogos cristãos nunca impuseram “ao Estado e à sociedade um ordenamento jurídico derivado de uma revelação”, colocando-se sim “do lado da filosofia, reconhecendo a razão e a natureza, na sua mútua relação, como fonte jurídica válida para todos”.

A ideia do direito natural foi rejeitada pelo empenho de encerrar “a razão numa visão positivista, que muitos consideram como a única visão científica”. Bento XVI reconheceu que “a visão positivista do mundo é, no seu conjunto, uma parte grandiosa do conhecimento humano”, mas acrescentou não ser suficiente.

Para reconhecer o que é justo, o Papa propôs voltar a “escutar a linguagem da natureza e responder a ela coerentemente”. “O homem não é somente uma liberdade que ele se cria por si próprio. O homem não se cria a si mesmo. É espírito e vontade, mas também natureza, e a sua vontade é justa quando ele respeita a natureza, a escuta, e quando se aceita como o que é, e admite que não se criou a si mesmo”.

“A religião é uma força de paz”

Perante aqueles que pensam que as crenças religiosas acarretam dentro de si um germen de fanatismo e de violência, Bento XVI sublinhou o valor da religião como uma força positiva e promotora da construção da sociedade civil e política.

O Papa condenou sempre o tentar justificar a violência por motivos religiosos. No “Dia Mundial da Paz de 2011” (1.1.2011) recordou com firmeza que “o fanatismo, o fundamentalismo, as práticas contrárias à dignidade humana, nunca se podem justificar e, muito menos, se se realizam em nome da religião. A profissão de uma religião não pode ser instrumentalizada nem imposta pela força”.

Meses depois, no seu encontro em Assis (27.10.2011) com os representantes das religiões do mundo, voltou a insistir na necessidade de “purificar constantemente a religião” para

evitar um uso abusivo e distorcido da fé, em claro contraste com a sua verdadeira natureza.

Nesse encontro, o Papa também se referiu à violência motivada pela negação de Deus, que está sintonizada com a perda de humanidade. “O ‘não’ a Deus provocou uma crueldade e uma violência sem medida, que foi possível somente porque o homem já não reconhecia nenhuma norma nem juiz acima de si próprio, tomando como regra apenas a sua pessoa. Os horrores dos campos de concentração mostram com toda a clareza as consequências da ausência de Deus”.

Em face dos extremos da religião distorcida e da anti-religião, Bento XVI clama que “a orientação do homem para Deus, vivida retamente, é uma força de paz”. Os crentes contribuem para reforçar a coesão social quando têm presente que “o Deus em que nós cristãos acreditamos, é o Criador e Pai de todos os homens, pelo qual todos são entre si irmãos e irmãs, formando uma única família”.

Mais uma lição

Na cátedra de Pedro, sentou-se um Padre da Igreja. De algum modo a sua vida, nas diferentes etapas que a marcam, permitiu-lhe uma grande fidelidade à sua vocação humana: ensinar. Foi sempre, ao lado do seu sacerdócio, um universitário que exerceu incansavelmente, até ao nível magistral supremo, o *munus docendi*. Ficará na história como Papa teólogo.

Como todo o professor cuja paixão é a busca da verdade, manifestou uma grande liberdade de espírito. Sempre disse o que tinha de dizer, quando tinha de dizer e do modo que lhe pareceu mais adequado, independentemente do politicamente correto intraeclesial ou extraeclesial. Pela sua delicadeza natural fê-lo, isso sim, *suaviter in modo, fortiter in re*.

O seu lema episcopal sintetiza admiravelmente a sua trajetória vital e intelectual: um cooperador da verdade. Esta paixão, repito, que é apanágio do universitário, marca a sua vida. Como a Verdade é Cristo, acabou por traduzir-se numa grande trajetória de fidelidade e liberdade, porque a verdade liberta.

A sua renúncia é ainda um ato manifestativo da sua liberdade interior e do seu livre diálogo com a sua consciência. (Não em vão é um grande admirador do beato cardeal Newman.) É também um precedente libertador para os sucessores, quando a esperança de vida é hoje muito superior ao passado.

Se ser papa fosse, apenas, um trabalho de gabinete, discreto e reflexivo, talvez Bento XVI continuasse com o seu pesado serviço, mas João Paulo II globalizou fisicamente o papado

requerendo dos seus sucessores exigências acrescentadas de vigor físico.

Paulo VI que criou a norma da resignação episcopal, peregrinou ao túmulo do papa S. Pedro Celestino que renunciara. Comentou-se que o próprio Paulo VI o faria, mas acabou por não o fazer. João Paulo II também considerou essa hipótese, por razões manifestas, mas acabou por não a concretizar. São diálogos de oração que tiveram resultados, penso, contrários aos desejos dos dois papas.

Como o apóstolo evangelista João, Bento XVI falou-nos muito de amor, recuperou até o *eros*, inscrevendo-o no percurso amoroso que tem a Deus por termo. Falou-nos, luminosamente, da razão no coração da fé. Deu orientações claras sobre todos os problemas morais do nosso tempo com valentes determinações. Nunca se deixou levar pelo populismo, sem medo às reações, sem fugir aos problemas e dificuldades, obediente sempre e unicamente à voz da sua consciência, esse «santuário do homem, no qual se encontra a sós com Deus». (G.S. 16)

Do seu vasto magistério, aos empresários dirá mais a sua introdução da caridade e gratuidade na empresa e a exigência de uma clareza total, e observância das melhores práticas internacionais, nas finanças do Vaticano. Ainda o amor, ainda a transparência, ainda a verdade.

Raul Diniz

Professor da AESE

(in “Ver”)